

PAULO ROBERTO CORBUCCI

SITUAÇÃO E TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS
SELECIONADOS – 2000/2010

SITUAÇÃO E TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS SELECIONADOS – 2000/2010

PAULO ROBERTO CORBUCCI

O presente informe propõe-se a analisar a evolução de um conjunto de indicadores educacionais ao longo da primeira década deste século, tendo como amostra países latino-americanos selecionados.

São analisados indicadores de natureza financeira (gastos/investimentos em educação), assim como indicadores de desempenho e resultados educacionais que, em alguma medida, refletem os primeiros.

Os gastos em educação têm sido utilizados como um dos principais indicadores para compreender o desempenho dos sistemas de ensino em cada contexto societário. Considerando-se as distintas dimensões populacionais entre países, os gastos em educação são, em geral, contabilizados como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo assim, deve-se relativizar a comparação internacional por meio desse indicador, uma vez que as demandas educacionais são distintas em função do estágio de desenvolvimento alcançado por cada país. Via de regra, nos países em desenvolvimento, são necessários maiores aportes de recursos financeiros destinados à implantação de infraestrutura escolar, se comparados aos que são demandados na maioria dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A média de gastos públicos em educação divulgada pela OCDE (2011), em 2008, situava-se em torno de 5,4%.¹ No entanto, havia países com índices que atingiam 9% e outros com proporções inferiores a 4%. Assim como se verifica no âmbito dessa organização, os países que compõem a amostra analisada por meio deste informe também evidenciam grande variação entre si.

De modo geral, os países latino-americanos selecionados registraram incrementos significativos em termos de gastos públicos em educação

como proporção do PIB. Tendo-se como referência dados da Cepal (2011) e de órgãos nacionais de estatísticas, Bolívia e Venezuela teriam sido os países com maior proporção de investimentos ao longo do período sob análise: 6,3% do PIB em 2006 e 2008, respectivamente. Em um patamar ligeiramente inferior, situavam-se Argentina, Brasil, Colômbia e México, com índices entre 4,9% e 5,4%. Um pouco mais abaixo figuravam Chile (4,5%) e Uruguai (4,4%), além de Paraguai (4%) e El Salvador (3,6%). Por fim, os países que tiveram os menores gastos relativos com educação foram Peru (2,9%) e Equador (2,8%).

Tabela 1. Gasto público em educação como proporção do Produto Interno Bruto

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	4,6				3,8		4,5	4,9	5,4		
Bolívia	5,6	6,0	6,4	6,8	6,7	6,7	6,3				
Brasil	4,0				4,0	4,5	5,0	5,1	5,4		
Chile	3,9	4,1	4,2	4,1	3,9	3,7	3,3	3,6	4,2	4,5	
Colômbia	4,3	4,5	4,4	4,4	4,5	4,4	4,6	4,4	4,4	4,8	5,1
Equador	1,9						2,8				
El Salvador	2,5					2,7	3,0		3,6		
México	4,9				4,9	5,0	4,8	4,8	4,9		
Paraguai					4,0			4,0			
Peru	2,6	2,6			2,8	2,7	2,5	2,5	2,7	2,9	2,9
Uruguai	2,4				2,3	3,3	3,4	3,7	3,9	4,4	
Venezuela	5,4								6,3		

Fontes: Cepal (em negrito) e órgãos oficiais dos respectivos países (demais dados).

Cabe ressaltar, no entanto, que esses resultados estão associados a diferentes evoluções ao longo da década. Por exemplo, quando se consideram o primeiro e o último ano com dados disponíveis, verificam-se diferentes taxas de crescimento dos gastos entre os países que compõem a amostra. Sob esse enfoque, o país que teve maior crescimento foi o Uruguai (83%), seguido do Equador (47%), apesar deste último ter registrado uma das menores proporções de gastos com educação.

Quando se consideram o valor absoluto alcançado ao final do período e a evolução ao longo deste, conclui-se que o pior desempenho pode ser atribuído ao Peru, que, em 2009, aplicava apenas 2,9% do PIB em educação, índice muito próximo dos 2,6% investidos no início da década.

Os gastos em educação também podem ser desagregados por nível de ensino. Nesse caso, utiliza-se o gasto por aluno como proporção do PIB *per capita*. Em relação à educação primária, os dados disponibilizados pelo Banco Mundial apontam significativo avanço do Brasil. Se, em 2000, o País aplicava apenas 10,7% do PIB *per capita*, em 2007 a proporção havia atingido 17,3%, ou seja, a maior entre aquelas registradas pelos países analisados neste estudo.

Tabela 2. Gasto público na educação primária como proporção do PIB *per capita*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	12,8	14,4	11,2	10,9	11,3	12,0	13,2	14,7	16,0	
Bolívia	12,4	11,8	15,3	16,2			13,7			
Brasil	10,7	10,4	9,8		12,8	15,4		17,3		
Chile	14,4		16,0	15,0	12,7	12,0	11,1	11,9	14,7	
Colômbia	11,9	13,0	13,4		15,9	15,4	13,0	12,5	12,5	15,7
Equador	3,2									
El Salvador	8,5		10,2	9,3		8,1	8,5	7,9	8,5	
México	13,0	13,7	14,0	14,1	13,4	13,7	13,3	13,3		
Paraguai	13,6	13,5	13,2	13,2	11,5			10,8		
Peru		7,0	6,3	6,5	7,0	6,6	7,2	7,3	8,1	
Uruguai	7,2	9,6	6,9	5,8	7,3	8,3	8,6			
Venezuela							8,0	9,2		

Fonte: Banco Mundial.

Outros países que atingiram índices significativos foram Argentina (16%) e Colômbia (15,7%), em 2008 e 2009, respectivamente. Por sua vez, países como Chile e México mantiveram certa estabilidade, quando se considera o período compreendido entre 2000 e o último ano com dado

disponível. Cabe ainda mencionar que em quatro países (El Salvador, Peru, Uruguai e Venezuela) a proporção do gasto manteve-se abaixo de 10%.

Com relação ao gasto por aluno na educação secundária, a liderança coube à Argentina (23,9%), que apresentou crescimento significativo em relação a 2000, quando a proporção era de apenas 17,6%. Em seguida, aparece o Brasil, com 18%, em 2007. No entanto, quando se considera que em 2000 a proporção era de apenas 10,3%, conclui-se que o avanço do Brasil foi ainda mais significativo. Tal como foi verificado na educação primária, El Salvador, Peru, Uruguai e Venezuela foram os países que tiveram menor proporção de gastos em relação ao PIB *per capita*.

Tabela 3. Gasto público na educação secundária como proporção do PIB *per capita*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	17,6	18,9	16,9	14,3	15,7	19,6	20,3	21,9	23,9	
Bolívia	9,6	10,3	12,7	13,1			14,5			
Brasil	10,3	10,4	10,2		11,5	13,1		18,0		
Chile	14,8		15,7	15,9	14,1	13,2	12,4	13,4	16,0	
Colômbia	12,9	13,1	13,8		15,2	14,5	11,0	10,0	14,9	15,2
Equador	6,0									
El Salvador	7,5		9,6	8,9		9,2	7,9	9,3	9,1	
México		18,8	15,7	15,3	14,1	14,8	13,7	13,4		
Paraguai	18,5	16,0	14,8	14,8	13,0			16,3		
Peru		9,2	8,7	9,9	10,1	9,6	10,0	9,8	9,9	
Uruguai	9,9	9,5	8,0	6,5	8,4	9,9	10,5			
Venezuela							8,3	8,2		

Fonte: Banco Mundial.

Por fim, no que concerne aos gastos por aluno em educação superior, constata-se que houve redução contínua naqueles países que apresentavam elevado padrão de dispêndio, no início do período sob análise. É o caso do Paraguai, Brasil e da Bolívia, que, em 2000, registravam proporções em torno de 50% do PIB *per capita*. Em 2007, os dois primeiros haviam reduzido tais proporções para menos de 30%. Outros países

que também tiveram redução desse indicador de gasto por aluno foram Chile e Peru. Nesses casos, os índices, que no início da década situavam-se em patamares relativamente baixos (cerca de 20%), recuaram para algo entre 10 e 12%. Por fim, Argentina e México delinearam certa estabilidade, quando se comparam os índices iniciais e finais, em que pesem algumas oscilações ao longo do período.

Tabela 4. Gasto público na educação terciária como proporção do PIB *per capita*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	17,7	16,1	13,1	10,4	11,8		14,2	15,6	16,6	
Bolívia	47,1	44,0	43,5	36,0						
Brasil	55,5	47,4	44,6		32,6	35,0		29,6		
Chile	19,4		18,0	15,0	15,4	11,6	11,8	11,5	12,1	
Colômbia	29,6	30,3	23,4		20,7	19,4	18,9		26,3	27,0
Equador										
El Salvador	8,9		11,0	11,0		15,1	14,2	13,7		
México		36,2	48,4	40,2	37,2	37,8	35,3	37,0		
Paraguai	58,9	48,8	30,3	31,7	24,6			26,0		
Peru		21,2	14,0	12,0	12,1	9,0	10,9			
Uruguai							18,3			
Venezuela										

Fonte: Banco Mundial.

Entre os indicadores educacionais *stricto sensu*, um dos mais utilizados é a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais. De acordo com a Cepal (2011), verifica-se que os países que compõem a amostra analisada por meio deste estudo encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento. Um primeiro grupo é composto por países que já alcançaram níveis de alfabetização comparáveis aos do sul da Europa, como Uruguai (98,3%), Argentina (97,7%) e Chile (97,1%), enquanto El Salvador se situa no extremo oposto, com taxa em torno de 83%. Porém a maioria dos países encontra-se em situação intermediária: Paraguai (95,3%), Venezuela (95,2%), Equador (94,2%), Colômbia (94,1%), México (93,8%), Peru (93%) e, um pouco mais abaixo, Bolívia (90,6%) e Brasil (90,4%).

Tabela 5. Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	96,9					97,2				97,7	98,1
Bolívia	85,6	86,7				88,3				90,7	90,6
Brasil	86,4	87,6				88,9			90,0	90,3	90,4
Chile	95,7	96,2	96,3	96,4	96,5	96,5	96,5	96,2	96,0		97,1
Colômbia	91,8		92,4	92,5	93,0	93,1	92,9	93,1	93,4		94,1
Equador	91,9	91,0									93,2
El Salvador	78,7					81,1		82,0			83,4
México	90,5					91,6					93,1
Paraguai	93,3	93,8						94,6			95,3
Peru	89,9									91,1	93,0
Uruguai	97,8										98,3
Venezuela	93,0			93,5		94,4		95,2			95,2

Fontes: Cepal (em negrito) e institutos nacionais de estatística dos respectivos países (demais dados).

Em alguma medida, esses índices refletem os distintos processos de colonização a que foram submetidos os países da região. Via de regra, aqueles que se especializaram como fornecedores de matérias primas e/ou metais preciosos conferiram menor empenho à universalização da educação elementar. Condição distinta dessa foi delineada nos países/regiões do Cone Sul.

Cabe ressaltar, no entanto, que nem todos os dados disponibilizados pela Cepal coincidem com o que é divulgado por órgãos oficiais de alguns desses países. Nos últimos anos, Venezuela e Bolívia anunciaram que teriam erradicado o analfabetismo e, inclusive, que teriam recebido a certificação “livre do analfabetismo”, concedida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Entretanto, tais anúncios ainda não foram corroborados por resultados de censos nacionais em ambos os países.

A taxa de analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos, que constitui um dos indicadores dos Objetivos do Milênio, foi drasticamente reduzida em quase todos os países da região. De acordo com a Cepal, que disponibiliza dados referentes à população urbana, Argentina, Bolívia e Chile

teriam praticamente erradicado o analfabetismo nessa faixa etária, com índices em torno de 0,5%. No entanto, a maioria dos países que integra a amostra sob análise situava-se na faixa entre 1% e 2%. Apenas Equador registrava índice (3,2%) que ultrapassava tal patamar. Em termos relativos, os maiores avanços ficaram por conta de Bolívia, Brasil e Paraguai, que reduziram suas taxas à metade no período de uma década.

Tabela 6. Taxa de alfabetização da população de 15 a 24 anos

	2000	2010
Argentina	99,3	99,4
Bolívia	98,9	99,5
Brasil	97,0	98,6
Chile	99,1	99,4
Colômbia	98,9	98,8
Equador	n.d.	96,8
El Salvador	96,6	97,9
México	98,6	99,0
Paraguai	98,0	98,9
Peru	n.d.	98,8
Uruguai	98,3	99,5
Venezuela	97,6	98,5

Fontes: Cepal e INE (Uruguai).

Obs.: População urbana.

Além da taxa de alfabetização, pode-se utilizar o número médio de anos de estudo para se avaliar o nível de escolaridade de uma população. Para efeito deste estudo, considerar-se-á a faixa etária de 25 anos ou mais, tendo em vista que a partir dessa idade o jovem poderia ter concluído a educação superior.

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), disponibilizados por intermédio dos relatórios do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), referentes ao período 2000-2010, todos os países que integram a amostra deste estudo registraram avanços significativos, considerando-se que no ano inicial o menor

tempo médio de escolarização era de 5,6 anos e ao final havia-se ampliado para 7,2 anos.

Tabela 7. Número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais

	2000	2005	2010
Argentina	8,6	8,9	9,3
Bolívia	7,4	8,3	9,2
Brasil	5,6	6,6	7,2
Chile	8,8	9,3	9,7
Colômbia	6,5	6,7	7,3
Equador	6,9	7,3	7,6
El Salvador	5,7	6,7	7,5
México	7,4	7,8	8,5
Paraguai	5,9	6,9	7,7
Peru	7,7	8,2	8,7
Uruguai	8,0	7,9	8,5
Venezuela	5,9	6,5	7,6

Fonte: Pnud.

Metade dos países superou a média de oito anos de estudo, sendo que o Chile, a Argentina e Bolívia registraram índices acima dos nove anos. Por sua vez, os outros seis países permanecem abaixo dessa escolaridade mínima de oito anos. Porém, à exceção do Equador, foram justamente esses países que tiveram os maiores avanços relativos, até porque se encontravam em situação mais desfavorável no início da década.

O acesso e a permanência de todas as crianças no ensino primário podem ser vistos como principais conquistas educacionais entre os países sob análise. Cinco países da região (Chile, Argentina, Uruguai, México e Bolívia) haviam atingido taxas de frequência de pelo menos 98%. Próximo desse patamar encontravam-se o Brasil, Equador e a Colômbia, com índices acima de 97%. Apenas El Salvador registrava proporção um pouco aquém do desejado (93%).

Tabela 8. Taxa de frequência à escola na faixa etária de 6 a 11 anos

	Taxa freq. Escolar
Argentina	98,4
Bolívia	98,0
Brasil	97,9
Chile	99,1
Colômbia	97,4
Equador	97,9
El Salvador	93,5
México	98,3
Paraguai	97,0
Peru	96,5
Uruguai	98,9
Venezuela	n.d.

Fonte: Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina/Dato Destacado 21: El Desafío de Universalizar el Nivel Primario - abril 2011.

A universalização do acesso à educação primária teve como consequência a ampliação significativa da escolaridade entre jovens na região, o que é corroborado pelo aumento da taxa de conclusão desse nível de escolaridade na faixa de 15 a 19 anos. Países como Chile (98,7%), Argentina (97,8%), Uruguai (96,7%) e México (95,7%) encontram-se bem próximos da universalização desse direito básico da cidadania. Além deles, Brasil (94,7%) e Equador (94,6%) também se aproximam dessa meta. Mais uma vez, apenas El Salvador situava-se em situação desvantajosa (76%). Cabe frisar que a universalização da conclusão da educação primária corresponde à principal meta educacional dos Objetivos do Milênio.

Tabela 9. Taxa de conclusão da educação primária pela população de 15 a 19 anos

	15 a 19 anos ¹	15 anos ²
Argentina	97,8	96,0
Bolívia	93,0	87,0
Brasil	94,7	87,4
Chile	98,7	97,7
Colômbia	93,6	90,4
Equador	94,6	94,0
El Salvador	76,1	76,5
México	95,7	95,5
Paraguai	89,3	90,4
Peru	93,9	91,3
Uruguai	96,7	96,9
Venezuela	93,5	n.d.

Fontes: ¹ Panorama Educativo 2010: desafíos pendientes/Proyecto Regional de Indicadores Educativos Cumbre de las Américas. ² Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina/Dato Destacado 21: El Desafío de Universalizar el Nivel Primario - abril 2011.

Quando se toma por referência a idade de 15 anos, verifica-se ligeiro decréscimo nas proporções de jovens que teriam concluído essa etapa da escolarização básica. Outra vez, Chile (97,7%), Uruguai (96,9%) e Argentina (96%) são os que apresentam os melhores desempenhos. Por sua vez, o Brasil registra sensível decréscimo em relação à faixa de 15 a 19 anos, uma vez que apenas 87,4% dos jovens nessa idade inicial teriam concluído a educação primária. Isso evidencia que a distorção idade-série ainda é bastante elevada no País. Contudo, a situação mais desfavorável é observada em El Salvador, com pouco mais de $\frac{3}{4}$ de sua população de 15 anos com o ensino primário completo.

Em relação à educação secundária, algumas ressalvas devem ser feitas. Em vários países, considera-se que ela tem início com a primeira série após a conclusão da educação primária (quatro séries iniciais do ensino subsequentes à educação pré-escolar). No Brasil, o ensino fundamental, que até 2009 correspondia a oito anos de estudo, compreende a educação primária e o que é denominado internacionalmente por educação secun-

dária baixa (CINE, 2011).² Além disso, as faixas etárias correspondentes aos níveis de ensino definidos a partir dessa classificação internacional também sofrem variações. Portanto, alguns cuidados devem ser tomados para efeito de comparação entre os países analisados por meio deste estudo.

Desse modo, o atendimento escolar da população de 12 a 14 anos, considerada como faixa etária adequada a cursar a primeira etapa da educação secundária, tem sido significativamente ampliado nos últimos anos. A maioria dos países sob análise chegou ao final da década com taxas acima de 90%, sendo que quatro deles (Chile, Argentina, Brasil e Bolívia), com índices entre 95% e 98,4%. El Salvador e Equador registraram as menores taxas de escolarização nessa faixa etária (89,8%). Deve-se considerar, no entanto, que, no início da década, encontravam-se bem abaixo do patamar médio dos demais países que integram a amostra deste estudo. No caso do Equador, o avanço foi de aproximadamente oito pontos percentuais entre 2001 e 2008.

Tabela 10. Taxa de frequência à escola na faixa etária de 12 a 14 anos

	2000	2001	2006	2007	2008	2009
Argentina ¹	97,8					97,6
Bolívia	89,2			95,0		
Brasil		95,0			96,9	
Chile	97,9		98,4			
Colômbia			92,3			
Equador	82,0				89,8	
El Salvador	83,8				89,8	
México	88,8				91,6	
Paraguai	87,6				90,8	
Peru				92,2		
Uruguai					93,9	
Venezuela						

Fonte: Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina/Resumen Estadístico 01/julio 2010.

¹ População urbana.

Por fim, a frequência à escola na faixa de 15 a 17 anos também tem sido ampliada de forma generalizada. Porém a região ainda é marcada por profundas desigualdades de acesso à educação. Se, no Chile, mais de 90% dos jovens nessa faixa etária frequentavam a escola, no México e Peru as taxas permaneciam inferiores a 70%. A despeito desses casos extremos, a maioria dos países situava-se entre 70% e 87%.

Tabela 11. Taxa de frequência à escola na faixa etária de 15 a 17 anos

	2000	2001	2006	2007	2008	2009
Argentina¹	85,2					86,9
Bolívia	76,4			82,5		
Brasil		81,1			84,2	
Chile	87,8		90,8			
Colômbia			71,7			
Equador		63,8			75,1	
El Salvador	62,8				70,1	
México	57,9				65,3	
Paraguai	63,9				72,5	
Peru				67,7		
Uruguai					74,8	
Venezuela						

Fonte: Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina/Resumen Estadístico 01/julio 2010.

¹ População urbana.

Muito embora essas taxas sejam relativamente elevadas, ainda encobrem elevadas proporções de estudantes com defasagem idade-série. No Brasil, por exemplo, apenas 50% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado a essa faixa etária.

Tendo em vista a evolução dos indicadores anteriormente analisados, pode-se afirmar que são indiscutíveis os avanços educacionais dos países que compõem a amostra deste estudo ao longo da primeira década do século XXI. Em alguma medida, tais avanços refletem a continuidade de políticas educacionais implementadas na década anterior, em confor-

midade com a ampliação do direito à educação nos marcos jurídico-legais, particularmente nos contextos societários onde a democracia política sucedeu regimes autoritários. Além disso, deve-se reconhecer que tais avanços também foram impulsionados pelo reconhecimento da educação como fator de transformação social e de garantia do exercício pleno da cidadania.

NOTAS

- ¹ Despesa pública direta em instituições de ensino públicas mais subsídios para famílias e a outras instituições privadas.
- ² Clasificación Internacional Normalizada de la Educación.

